

## O ANTILIBERALISMO DE ALBERTO TORRES E ANDRÉS MOLINA ENRÍQUEZ: A FORMAÇÃO DO PENSAMENTO AUTORITÁRIO NO BRASIL E NO MÉXICO EM PRINCÍPIOS DO SÉCULO XX

Jorge Eschriqui Vieira Pinto\*

**Resumo:** Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez foram dois autores que, nas primeiras décadas do século XX, esforçaram-se no sentido de um autoconhecimento de suas respectivas sociedades nacionais e, a partir desse, elaborar um projeto de política nacional para a promoção do desenvolvimento e a construção de uma unidade nacional por meio de uma ação efetiva de um governo central forte. Este artigo analisa a existência de uma corrente de pensamento autoritário no Brasil e no México a partir do entendimento e da reflexão das ideias de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez, que contestavam a ordem estabelecida e as políticas adotadas pelos regimes liberal-oligárquicos nos dois países.

**Palavras-chave:** Antiliberalismo; Estado; Política Nacional.

## THE ANTILIBERALISM OF ALBERTO TORRES AND ANDRÉS MOLINA ENRÍQUEZ: THE FORMATION OF AUTHORITARIAN THOUGHT IN BRAZIL AND MEXICO IN PRINCIPLES OF THE XX CENTURY

**Abstract:** Alberto Torres and Andrés Molina Enríquez were two authors that, in the first decades of XX century, strengthened themselves in order to propose a self-knowledge of their respective national societies and, based on this, to elaborate a political project for the promotion of the development and the construction of a national unity through an effective action by the strong central power. This article analyses the existence of a current of authoritarian thought in Brazil and Mexico from the understanding and reflexion of the ideas of Alberto Torres and Andrés Molina Enríquez, that contested the established order and the adopted politics by the liberal oligarchical regimen in the two countries.

**Key Words:** Antiliberalism; State; National Politics.

---

\* Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Franca. Ingressou em 2014 na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. E-mail: jschriqui@yahoo.com.br

Tradicionalmente as Ciências Sociais latino-americanas afirmam que as políticas nacionais implantadas desde a derrocada da ordem liberal-oligárquica nos países da região durante a primeira metade do século XX, como por exemplo, o Varguismo com o fim da Primeira República e o processo histórico da Revolução de 1930 no Brasil e Cardenismo com a consolidação da etapa de institucionalização da Revolução Mexicana, foram o resultado de um vazio de poder ocasionado pela inexistência de um grupo dominante capaz de impor os seus interesses ante outros setores sociais e pela necessidade de se utilizar de um processo de manipulação e/ou impedimento ao aparecimento da cidadania ativa através da concessão de benefícios às massas “alienadas” em troca de apoio às ações políticas dos novos regimes instaurados. Em suma, os governantes latino-americanos tinham moldado as políticas nacionais de acordo com a conveniência de cada circunstância histórica com a qual se deparavam.

Entretanto, o estudo das origens dessas políticas nacionais a partir de uma análise de história comparada entre dois ou mais países da América Latina leva a uma interpretação contrária à perspectiva tradicional das Ciências Sociais latino-americanas. Na realidade, as políticas nacionais surgidas a partir da queda da ordem liberal-oligárquica nos países da região se inspiraram em uma corrente de pensamento que foi amadurecendo desde os princípios do século XX com as críticas dos regimes que adotavam essa ordem e a elaboração de projetos de Estado e política nacional alternativos.

No que diz respeito especificamente ao Brasil e ao México, dois intelectuais foram os vanguardistas em seus países do antiliberalismo por iniciarem uma análise e crítica à Primeira República e ao Porfiriato. Tratam-se respectivamente de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez. As análises dos dois autores são constituídas por meio do estudo das realidades brasileira e mexicana, apontando-se a necessidade urgente de se solucionar problemas como as profundas desigualdades sociais, a má distribuição e utilização da terra, a ausência de integração entre as diferentes regiões dos respectivos países, as ameaças à soberania nacional, a inexistência de uma consciência nacional e a desvalorização da cultura nacional.

Este estudo da realidade serve como um diagnóstico para um quadro de enfermidade das respectivas sociedades e base para a elaboração de um projeto de política nacional que contém as medidas a serem tomadas para o tratamento dos problemas e, conseqüentemente, o despertar de um organismo social são. Contudo, para que o resultado fosse alcançado se faria necessário que os vários procedimentos contidos no projeto consistissem em uma política encabeçada por um governo forte, capaz de se portar como o representante do interesse geral e

promover a organização e o desenvolvimento do país, cujas consequências serão a consolidação da unidade nacional, o despertar do espírito nacional e a construção de uma nacionalidade efetiva.

O antiliberalismo de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez teve uma repercussão importante no meio de uma intelectualidade que também participou da contestação à ordem estabelecida no Brasil e no México. Intelectualidade que contribuiria com as suas ideias para a institucionalização de regimes marcados por uma forma específica de política nacional, denominados tradicionalmente pelas Ciências Sociais latino-americanas como populistas. Não é por acaso que se observa várias ideias presentes no antiliberalismo de Alberto Torres sendo retomadas e colocadas em prática no pós-Revolução de 1930 e, da mesma maneira, o pensamento de Andrés Molina Enríquez repercutindo e sendo aplicado em vários pontos a partir da década de 1920 com o fim do período combativo e o início da institucionalização da Revolução Mexicana, principalmente, durante o governo de Lázaro Cárdenas (1934 – 1940).

Portanto, o estudo do antiliberalismo de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez possibilita não somente a compreensão de uma corrente de pensamento existente na América Latina no início do século XX, preocupada com os destinos a serem tomados pelos países em um quadro composto por atraso econômico, instabilidade política, desigualdade social e dependência externa, mas também a gênese de tópicos das políticas nacionais denominadas populistas e, conseqüentemente, a melhor compreensão dessas políticas e a revisão desse conceito.

Um estudo comparativo como o proposto para este artigo pode perfeitamente contribuir para a compreensão do contexto da gênese de muitas das ideias que viriam a compor a política nacional na etapa histórica de superação da forma política de dominação oligárquica, uma vez que Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez foram precursores no Brasil e no México, nas primeiras décadas do século XX, da análise crítica à ordem vigente e de um projeto de política nacional alternativo para o desenvolvimento e a construção de uma identidade nacional, que se assemelha em muitos pontos à política adotada pelos regimes denominados populistas nos dois países.

Influenciados pelo pensamento organicista do filósofo inglês Herbert Spencer, Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez pensaram a nação como um organismo cujo desenvolvimento dependia da evolução e da ação integrada de suas partes, que seriam constituídas pelos diversos setores da população nacional, cada qual tendo um papel essencial na construção de uma grande

nação. Como era exatamente essa unidade que faltava à comunidade brasileira e mexicana, Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez acreditavam que o pensamento liberal importado dos Estados Unidos e da Europa que regia, se não na prática, mas pelo menos teoricamente do ponto de vista jurídico os regimes oligárquicos brasileiro e mexicano, deveria ser abandonado e em seu lugar ser implantado um modelo de Estado mais autoritário, que concentrasse poder para garantir e estimular uma unidade nacional. Em outras palavras, o remédio para o quadro de “enfermidade” de suas respectivas sociedades nacionais estaria em uma série de reformas de cunho antiliberal adotadas por um poder central forte, representante dos interesses gerais, que promovesse a melhoria das condições de vida da população por meio do desenvolvimento e despertasse em seus membros uma unidade com o consenso em torno das reformas.

Torres e Molina Enríquez foram intelectuais que tiveram uma atuação política destacada em seus países, exercendo cargos públicos que contribuíram para a compreensão dos problemas que impediam o desenvolvimento, dificultando a concretização de uma unidade nacional.

Alberto Torres nasceu em 26 de dezembro de 1865, em Porto de Caixas, município de São João do Itaboraí, província do Rio de Janeiro. Participou das campanhas abolicionista e republicana por meio dos clubes republicanos e dos seus órgãos de divulgação das suas ideias. Foi nesta circunstância que Alberto Torres começou a sua atividade jornalística, escrevendo artigos para os jornais *Ça-Ira*, *A Ideia*, *O Constitucional* e *A República*, e sendo iniciado na análise dos problemas nacionais. Concluiu o curso de Direito no Recife em 1885. Fundou o Clube Republicano de Niterói e o jornal de divulgação das ideias republicanas *O Povo*, em 1889.

Em dezembro de 1889, Alberto Torres foi nomeado advogado auxiliar da Intendência Municipal do Distrito Federal. Em janeiro de 1892, foi eleito deputado para a segunda Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro, sendo membro da comissão elaboradora da constituição. Em agosto de 1896, foi nomeado ministro da Justiça e Negócios Interiores para o governo de Prudente de Moraes. Todavia, após Torres ter ocupado o cargo, o presidente Prudente de Moraes adoeceu e pediu licença, assumindo a presidência da República o vice-presidente Manuel Vitorino. Por causa de eleições na cidade de Campos e do comportamento dúplice de Manuel Vitorino diante da questão, em um quadro político de disputa entre Francisco Portela, Tomás Porciúncula e Nilo Peçanha, Alberto Torres renunciou ao cargo de ministro. Chegou à chefia do Estado do Rio de Janeiro para um mandato que durou de 31 de dezembro de 1897 à igual data do ano de 1900, enfrentando vários problemas como as dificuldades

financeiras que se agravaram com a crise do café, a duplicidade de Câmaras Municipais na cidade de Campos e as disputas pela liderança do Estado com os chefes do Partido Republicano.

Apesar das dificuldades, Alberto Torres tomou medidas importantes durante o seu governo, muitas das quais seriam incluídas em suas obras como ideias para a solução dos problemas nacionais, como por exemplo, a difusão da instrução primária, normal e secundária com a reorganização do aparelho escolar, a criação de escolas e o estímulo à iniciativa privada no setor da educação, o desenvolvimento da agricultura por meio do estímulo à cultura intensiva e racional pelos modernos processos científicos e do estabelecimento do cooperativismo entre os produtores e os entrepostos para o café, o saneamento da Baixada Fluminense, e a criação de uma colônia totalmente nacional.

Em 1901, Alberto Torres foi empossado como ministro do Supremo Tribunal Federal, vindo a se aposentar precocemente em 1909, por motivo de saúde. Em 1909 e em 1913, publicou dois livros que revelam as suas preocupações com a ordem mundial e a paz, que são *Vers la paix* e *Le problème mondial*. Em 1914, lançou as suas duas principais obras, *A organização nacional* e *O problema nacional brasileiro*. Além disso, Alberto Torres também publicou um livreto, em 1915, intitulado *As fontes de vida no Brasil*, no qual retoma uma temática já presente nos dois livros anteriores. Faleceu em 29 de março de 1917, vítima de um câncer.

Andrés Molina Enríquez nasceu em Jilotepec, Estado do México, em 2 de agosto de 1866. Em 1901, ele concluiu o curso de Direito no Instituto Científico e Literário de Toluca. Em 1905, publicou a sua primeira obra importante, intitulada *Juárez y la Reforma*, na ocasião da comemoração dos festejos do centenário do nascimento de Benito Juárez. Esta obra rendeu a Andrés Molina um convite para se integrar ao Museu Nacional, instituição em que, a partir de 1907, desenvolveu vários trabalhos de investigação e docência até a sua morte, em 1940. Também contribuiu em vários jornais da Cidade do México, como *El siglo XX*, *El Partido Liberal*, *El Imparcial* e *El Tiempo*. Neste último periódico Andrés Molina Enríquez publicou os seus *Estudios de Sociología Mexicana*, que, em 1909, seriam reunidos e publicados na obra *Los grandes problemas nacionales*. Entre 1911 e 1912, acabou ficando preso em razão de um fracassado plano contra o governo Francisco Indalecio Madero. Em 1916, durante o governo de Venustiano Carranza, Molina Enríquez foi nomeado membro consultor da Comissão Nacional Agrária do Ministério da Agricultura e do Fomento, sendo responsável pela redação do projeto do artigo 27 constitucional, abordando, entre vários pontos, a questão agrária. Nesse

mesmo ano, foi designado chefe da Direção de Bosques e advogado consultor do Banco de Guanajuato do Ministério da Fazenda e, de 1919 a 1920, foi advogado da Caixa de Empréstimo para a Irrigação deste ministério.

De 1920 a 1929, foi chefe do Departamento de Compilação de Leis da Suprema Corte de Justiça. Em 1922, publicou um número especial do Boletim do Ministério de Governo sobre o artigo 27 da Constituição, no qual discerne sobre as ideias em que se baseou para elaborar este artigo. Nesse mesmo ano, publicou a obra intitulada *La clasificación de las ciencias fundamentales*, na qual reuniu os seus conhecimentos sobre a teoria positivista da ciência. De 1933 a 1936, foi membro da Comissão Consultiva do Departamento de *Población*<sup>198</sup> do Ministério da Agricultura. Em 1932, iniciou a publicação de *Esbozo de la historia de los primeros diez años de la revolución agraria de México*, cujo quinto e último tomo apareceu em 1936. Entre 1938 e 1940, Andrés Molina Enríquez foi designado pelo governo do Estado do México como magistrado no Tribunal dessa entidade da federação. Em 1º de agosto de 1940, veio a falecer na cidade de Toluca.

Alberto Torres nas obras *A organização nacional* e *O problema nacional brasileiro* (1914) e Andrés Molina Enríquez no livro *Los grandes problemas nacionales* (1909) definiram vários aspectos do conjunto de medidas adotado pelos Estados brasileiro no pós-Revolução de 1930 e mexicano do período de institucionalização da Revolução Mexicana. A esses aspectos os dois autores denominaram política orgânica ou integral. Essa política orgânica ou integral pensada pelos dois intelectuais teve como ponto de partida o princípio do filósofo inglês Herbert Spencer<sup>199</sup> de que há a necessidade de um centralismo forte para impedir a degeneração de sociedades nas quais não existe a integração de seus componentes. Essas sociedades são caracterizadas por um conflito endêmico devido à ausência de cooperação entre os seus membros.

Entre 1853 e 1896, Herbert Spencer publicou *Princípios de sociologia*, obra composta por três volumes na qual, entre múltiplas temáticas, discute a constituição e os deveres do

---

<sup>1</sup> *Población* é um termo que se origina de *Pueblo*, que é a forma como se denominavam as terras coletivas das comunidades indígenas no México.

<sup>2</sup> Herbert Spencer foi filósofo e cientista inglês (Derby, 1820 – Brighton, 1903). Autor do sistema organicista e evolucionista de interpretação do universo. Em linhas gerais, a lei da evolução é a passagem do homogêneo ao heterogêneo, do menos complexo ao mais complexo, do menos adaptado ao mais adaptado, pois, todo equilíbrio é apenas um ponto de partida para uma nova desintegração e, por isso, todo o universo se encontra submetido a uma mudança perpétua. Para Spencer, a lei da evolução se aplica a todos os domínios da realidade e não somente à biologia, mas também, entre outros, à sociologia. Baseou-se no princípio da evolução antes mesmo do próprio Charles Darwin.

Estado. Para Spencer, a sociedade é uma espécie de organismo similar à constituição dos organismos dos corpos vivos, pois ambos se formariam a partir de unidades vivas separadas, mas que integradas constituiriam um todo. Caberia ao Estado, enquanto um órgão central, com papel similar ao “cérebro”, promover essa integração por meio de uma coordenação das funções das unidades de modo a atuarem sincronicamente, permitindo o desenvolvimento do organismo social. A importância desse funcionamento coordenado e sincronizado de todo o organismo social resulta em um tipo de cooperação, que se torna importante, principalmente, nas situações em que se faz necessária a proteção da vida e dos interesses de seus membros. Dessa maneira,

a cooperação mais urgente inicialmente é aquela requerida para um procedimento de combate aos inimigos. Portanto, o primeiro centro de regulação, individual e social, é criado como um meio de obter sua cooperação e seu desenvolvimento progride com a atividade dessa cooperação. Como as unidades compostas são formadas pela integração de unidades isoladas, aí aparece tanto o caso de centros reguladores supremos e subordinados como o de que os centros supremos começam a se ampliar e complicar. As unidades apresentam-nos tanto desenvolvimentos em complicação e subordinação como também melhores aparelhos de controle, terminando por transmitir informação e comando instantâneos.<sup>200</sup>

Essa perspectiva spenceriana foi utilizada por Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez para criticarem a Primeira República e o Porfiriato. Para os dois autores, esses regimes liberal-oligárquicos seriam marcados pela ausência de uma organização nacional capaz de incorporar diversos setores sociais na política nacional, sob a coordenação de um Estado forte e centralizador, colocado acima de interesses particulares, por meio da realização de suas demandas. Em contrapartida, os diferentes setores sociais apoiariam as iniciativas do Estado enquanto representante do bem-geral da coletividade, criando-se, assim, as condições para a construção de uma unidade nacional. Dessa maneira, Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez começaram a esquematizar a inserção de diferentes unidades sociais na política nacional.

Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez referem-se em suas obras à unidade de interesses de vários setores sociais em torno das ações do Estado como algo necessário para a solução dos problemas nacionais e a melhoria das condições de vida da população, do que dependeria a própria existência da pátria. Portanto, o sucesso da política de organização nacional ou política orgânica ou integral dependeria da cooperação entre o Estado e os membros da sociedade com o fim de garantir a existência da pátria e dos indivíduos que nela vivem. Todavia, tal cooperação dependeria da incorporação das massas no cenário nacional e a

---

<sup>200</sup> SPENCER, Herbert. *The evolution of society*. Chicago: The University of Chicago Press, 1967, p.47 (Collection Classics of Anthropology).

consequente obtenção de direitos, o que levaria a cidadania até elas. Dessa forma, despertar-se-ia o espírito nacional em todos os membros da comunidade nacional e a consciência da importância da unidade social em torno das ações do Estado que incorporaria o interesse geral. Pode-se falar, portanto, de um pacto entre o Estado e os vários setores sociais.

Para Alberto Torres, os vários setores sociais que compõem a sociedade objetivam, sob a égide na nação, que os seus desejos e as suas necessidades particulares sejam possíveis de realização. Para que isso ocorra, é necessário um quadro de ordem e progresso que estimule a melhoria da vida da população em geral e o futuro das próximas gerações. De acordo com o autor,

a sensação de segurança e de proteção legal tranquiliza e conforta os espíritos; sobre o sentimento natal, que prende a alma da maior parte às afeições do passado, o zelo, predominantemente, pela sorte dos filhos, lançou um estímulo mais intenso, mais lutador, mais persistente, de interesse pela conservação e pelo progresso da terra da prole.<sup>201</sup>

O único órgão capaz de transformar os diversos interesses particulares em um mínimo de consenso gerado de um interesse coletivo voltado para o bem-estar da nação é o Estado. É a sua capacidade de atender aos anseios gerais que possibilita uma cooperação entre os diversos setores sociais, promovendo, conseqüentemente, a ação nacional capaz de manter a vida do país e impedir a dissolução da nação. Portanto, “da soma dos interesses comuns aos homens de uma geração, e do sentimento de previdência, em prol das vindouras, resulta a consciência da nacionalidade”.<sup>202</sup>

A conclusão a que chega Alberto Torres é que as nações são obras de arte política e o problema que impediria a construção de uma unidade nacional no país seria que

o Estado é, no Brasil, um fator de dissolução. A influência deletéria dos interesses antissociais, criados e alimentados em torno do poder público, desde os Municípios até a União, sobre a vida brasileira, é um fato cujo alcance não foi ainda atingido pelos observadores das nossas coisas públicas. Este regime deve ser substituído por outro, capaz de levar a tempo o encargo da geração presente para com o futuro do Brasil.<sup>203</sup>

Ideia similar desenvolve Andrés Molina Enríquez a respeito da relação entre Estado e diversos setores sociais na construção de uma unidade social. Somente um Estado forte e atuante congregaria em torno de si o apoio dos vários grupos sociais por meio da convergência dos interesses particulares deles para o bem-geral da coletividade. Em outras palavras, caberia

---

<sup>201</sup> TORRES, Alberto. *A organização nacional*. 3 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, p.123.

<sup>202</sup> Ibidem, p.123.

<sup>203</sup> TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, p.23.

ao Estado, enquanto um demiurgo da vida social, gerar as condições para uma cooperação entre ele e os vários grupos sociais por meio de ações que impedissem as injustiças cometidas por uns poucos indivíduos que faziam sofrer a sociedade e tornavam impossível a unidade social em torno de interesses comuns. Isso se deveria ao fato de que,

a menos que não saibamos, jamais se têm encontrado em um mesmo território tantos elementos de raça e tão distintos uns dos outros, por sua origem, por sua idade evolutiva e por suas condições de participação na riqueza geral, que fosse necessário unir em iguais tendências, coordenar em equilibrados interesses e manter em fraternal comunidade, para constituir uma nação, sem contar para esse trabalho com outros meios, que os que dão isoladamente ditos elementos, em cada um dos quais domina a aversão para os demais. Tal trabalho tem que se fazer pelos procedimentos mais simples em aparência e mais complexos na realidade: pelo de satisfazer todas as aspirações quando, por outro lado, obtém-se a segurança de que não se perturbe a paz; e pelo de castigar sem misericórdia a todos os perturbadores dessa paz.<sup>204</sup>

A partir do momento em que o Estado realizasse esse trabalho, criaria uma ordem capaz “de repartir entre todos as amplitudes dos benefícios e de obter o sacrifício de todas as pessoas, conseguindo orientar para si todas as vontades. Isso, certamente, sistematizado em todos os graus da escala social”.<sup>205</sup>

Seguindo o modelo de relação entre Estado e diferentes setores sociais pensado por Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez, nota-se que o objetivo central seria a realização de um conjunto de reformas pelo poder estatal e que permitissem a superação de um quadro político visto pelos críticos dos regimes liberal-oligárquicos como de crise nacional. Entretanto, a concretização das reformas necessárias para a superação da crise causada, em grande parte, pela ausência de uma política nacional baseada no estudo da realidade e dos problemas do país dependeria do apoio da sociedade ao conjunto de ações do Estado.

O sucesso da política orgânica ou integral dependeria de um conhecimento profundo da realidade nacional, o que possibilitaria aos governantes reconhecerem os problemas e tomarem medidas de ação prática e concreta, não baseadas na importação de ideias e modelos políticos exógenos caracterizados pela pouca ou nenhuma aplicabilidade, como no caso do liberalismo importado dos Estados Unidos e da Europa e presente na Constituição de 1857 no México e de 1891 no Brasil. Seria somente quando as sociedades nacionais tomassem consciência das especificidades de suas realidades e de seus problemas, que elas poderiam impulsionar uma transformação. Desse modo, percebe-se a presença do pensamento organicista nas ideias de

---

<sup>204</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés. *Los grandes problemas nacionales (1909) y otros textos*. México: Era, 1978, pp.135-136.

<sup>205</sup> *Ibidem*, pp.136-137.

Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez, uma vez que Herbert Spencer defende a necessidade de se levar em conta no estudo de um organismo social as suas particularidades.

Utilizando-se da concepção organicista de Herbert Spencer, Andrés Molina Enríquez defende a necessidade do estudo das especificidades da sociedade mexicana por meio da observação direta, pois

se se pensa em que ocupando o mesmo meio físico, pertencendo à mesma espécie, tendo a mesma organização e vivendo com os mesmos procedimentos de nutrição, de reprodução e de seleção, cada criatura é sempre distinta das demais e está chamada a seguir na vida comum de todas as de sua espécie uma linha que não se confundirá jamais com alguma outra, compreende-se o valor de cada uma dessas circunstâncias, pois um desvio de dita linha, e até a direção geral de toda ela, podem depender da circunstância menor e menos aparente. Tratando-se de uma sociedade, o conhecimento dela e do traço total ou parcial de sua marcha evolutiva, requerem de igual modo o estudo de todas as circunstâncias especiais e o trabalho sintético da apreciação dessas circunstâncias em conjunto.<sup>206</sup>

Alberto Torres também acredita que é na observação da realidade de cada sociedade que se tem a orientação certa para a compreensão de seus problemas e o caminho para as suas soluções. Logo, de nada serve uma análise abstrata da sociedade baseada na importação de ideólogos estrangeiros. A análise e as ideias devem brotar da realidade e não o contrário. No que diz respeito a esse ponto, Alberto Torres afirma que

filosofia, ciência, arte e política são sistemas de abstrações e de conceitos que nada dizem e nada realizam, quando não se adaptam, e não vitalizam, como elementos motores da vida real – nervos e sangue da nutrição e da vontade de um povo. Na prática, cada terra e cada povo tem a sua filosofia, a sua ciência, a sua arte, a sua política, que não alteram as ideias gerais, aliás limitadíssimas, do saber humano, mas fundam e desenvolvem formas e processos autônomos de viver.<sup>207</sup>

Para Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez, a melhor maneira para se fundamentar uma boa relação entre o Estado e a população nacional seria por meio de uma representação não baseada em agremiações políticas de cunho faccionista que buscam a concretização dos anseios particulares de certos indivíduos ou grupos sociais, uma vez que o máximo que se obtém com esse tipo de representação é o aparecimento de legisladores e governantes preocupados apenas em promover agitações políticas em nome de interesses particulares, perdendo-se de vista o vínculo com a coletividade e o senso de solidariedade e cooperação. Como solução para esse problema, Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez pensaram que os membros da sociedade poderiam ter uma participação mais efetiva na política nacional e maiores

---

<sup>206</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, pp.25-26.

<sup>207</sup> TORRES, 1978b, p.29.

possibilidades de verem as suas demandas atendidas pelo Estado se organizados em torno de setores sociais. Desse modo, dar-se-ia voz às demandas de uma parcela mais ampla da população e não somente a uma pequena parcela dela. Trata-se, enfim, da participação na política nacional de diversos setores sociais por meio de um modelo corporativista.

Segundo Alberto Torres, o grande problema da política brasileira seria a distância que se estabeleceu entre ela e a vida social como resultado da luta entre facções, representantes de interesses específicos de certos indivíduos, em torno de posições e ideais que não refletem os interesses da coletividade, buscando-se justificar as disputas pessoais pelo poder a partir de ideias que não dizem respeito à realidade nacional. As lutas partidárias acabam por criar esquemas injustos de concessão de benefícios e privilégios para alguns indivíduos, pois esses benefícios e privilégios baseiam-se não em uma seleção individual, ou seja, nas qualidades e méritos pessoais, mas na simpatia e preferência apoiadas no espírito de corpo e no “coleguismo”, quando não, o que ainda é pior, no nepotismo. Dessa maneira, põem-se de lado os critérios da concorrência e do êxito em nome de formas equivocadas de solidariedade que estabelecem hierarquias, vantagens, superioridades e subalternidades, cujo efeito colateral é subordinar a justiça social à “justiça” do agrupamento.

Outro resultado negativo das lutas partidárias é a ausência de uma política nacional que atenda aos interesses da coletividade e seja seguida pelos sucessivos governos, possibilitando a médio prazo dar os primeiros passos efetivos rumo à organização nacional. Cada grupo que ocupa o poder procura em seu governo adotar um programa diferente, interrompendo o trabalho do governo anterior, ainda que tenha logrado algum sucesso, por causa do egoísmo e orgulho partidários. Desse modo, não se consegue estabelecer no Brasil uma política da nação ou uma política orgânica fundamentada em ações que tenham como ponto de partida o conhecimento consciente da terra e não correntes de ideias rígidas e inflexíveis sustentadas na ortodoxia partidária e incompatíveis com a realidade nacional. Ao invés da política orgânica,

são patentes os desencontros e conflitos, nos programas dos governos que se sucedem; e, no trabalho de emendar erros e tapar buracos, missão única dos bons governos, a preocupação exclusiva com um ou dois objetos administrativos, que forma cada programa, absorve-os tanto, e demanda tamanho esforço, contra as rodas desconcentradas do mecanismo político, que não é lícito duvidar que cada período presidencial, preso aos compromissos de seu restrito programa, abandona e sacrifica tudo mais; donde resulta, por sua vez, que cada governo não faz senão destruir o pouquíssimo realizado pelos que o precederam.<sup>208</sup>

---

<sup>208</sup> TORRES, 1978a, pp.158-159.

Para Andrés Molina Enríquez, o governante deveria adotar uma política de concessão de benefícios a todos os setores sociais, indiferente às divergências partidárias e de interesses, para, assim, conseguir o apoio geral para a implementação de uma política nacional visando a organização nacional, que beneficiará à coletividade como um todo. Trata-se, enfim, de uma relação paternalista entre o governante e os governados, pois, para aqueles que apoiam o governante, há a concessão de benefícios, e, para os que se opõem ao seu governo, existe a represália. Contudo, uma relação desse tipo, para que tenha sucesso, depende de várias qualidades políticas por parte do governante, como por exemplo, um espírito patriota admirado por toda a população, demonstrado pela participação ativa em grandes acontecimentos da história nacional, e a capacidade de perceber quais são os anseios, desejos e interesses dos grupos sociais, buscando compatibilizá-los com uma política nacional orientada para o bem-geral da sociedade nacional. Adquirindo com essas qualidades o prestígio entre todos os grupos sociais, o governante pode colocar-se sobre todos eles e adotar uma política orgânica ou integral que imponha na sociedade laços de organização e cooperação que mantenham unidos todos os elementos da população. Portanto, o trabalho de adoção de uma política integral é fruto de uma autoridade forte que se coloca acima dos faccionismos. Esse trabalho é fundamental em

agrupações humanas nas quais não há comunidade de interesses, de sentimentos e de desejos, e, como consequência disso, não existe uma nação no estrito sentido da palavra, e as unidades que formam esses grupos, alheias umas às outras, geralmente, e ainda antagônicas às vezes, não constituem uma verdadeira pátria.<sup>209</sup>

A ideia de participação na política nacional de diversos setores sociais por meio de modelo corporativista, como é proposta pelos dois autores, enfatiza a necessidade da ampliação das perspectivas de análise sobre o corporativismo no período pós-Revolução de 1930 e na etapa de institucionalização da Revolução Mexicana que restringem a origem desse fenômeno no Brasil e no México à repercussão do fascismo italiano nos anos 1920 nos dois países. Nas obras *A organização nacional* e *O problema nacional brasileiro* publicadas em 1914 e escritas por Alberto Torres e no livro de Andrés Molina Enríquez, *Los grandes problemas nacionales*, editado pela primeira vez em 1909, já se fazia referência à concepção de corporativismo e a propunha como meio de representação das demandas de diferentes setores sociais na política nacional e de relação entre eles e o Estado. Estudos de história comparada futuros que sigam

---

<sup>209</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p.134.

esta linha de raciocínio e tratem de outros autores e países da América Latina poderão obter conclusões similares.

A visão corporativista dos interesses coletivos de Alberto Torres tem em vista uma forma de organização e representação política da sociedade de tal maneira que esta possa estabelecer relações diretas com o Estado para obter deste os benefícios que tanto espera. Não se trata de manipulação da sociedade pelo poder estatal, as de uma relação de troca, na qual aquela se utiliza de sua representação para pressionar este no sentido de criar as condições propícias para a garantia da existência e a concretização dos interesses e, em contrapartida, dá ao Estado o apoio necessário para a realização da política nacional que conduzirá o país à organização nacional. A força de um governo central depende desse apoio da sociedade.

Pensando em uma representação política na qual os deputados e senadores se preocupam não em atender aos interesses dos grupos de eleitores e dos estados que representariam, mas sim à comunidade nacional, Alberto Torres propõe um sistema eleitoral extremamente complicado para a escolha dos membros do Poder Legislativo. Ademais, é importante observar que como uma forma de fortalecer ainda mais o governo central ou a União e, por conseguinte, diminuir o poder que dispunha, sobretudo, os estados política e economicamente mais influentes da Federação, no caso, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, Alberto Torres chega a propor uma reforma constitucional na qual haja a substituição da nomenclatura Estado por Província. A explicação para isso estaria na alusão ao Império e em seu entendimento de que nesse período, enquanto eram províncias, os estados não dispunham de todo o poder que apresentavam durante a Primeira República, principalmente, os três anteriormente citados, em detrimento do governo central, representando o federalismo republicano um obstáculo à constituição da unidade nacional. No que se refere ao Senado, segundo o projeto de revisão constitucional de Alberto Torres, o seu corpo parlamentar seria constituído por três grupos de representantes, “procurando conciliar o critério político com o profissional, pois ao lado de representantes de classes estariam vinte e um senadores eleitos pelas províncias e cinco eleitos por toda a nação. Ainda procura fazer que a representação das diversas profissões seja proporcional à importância delas”.<sup>210</sup>

Com relação à Câmara dos Deputados, esta seria composta de cento e vinte e cinco parlamentares eleitos por sufrágio direto, sendo a metade eleita por distritos eleitorais, um

---

<sup>210</sup> LIMA, A. Saboia. *Alberto Torres e sua obra*. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, p.258.

quarto pelas províncias e outro quarto por todo o país. De acordo com Alberto Torres, o Congresso Nacional funcionaria durante seis meses improrrogáveis, recebendo os parlamentares somente o salário referente aos dias efetivos de trabalho.

A eleição para a presidência e a vice-presidência da República deveria ser realizada por meio de um colégio eleitoral, portanto, por via indireta, composta por senadores, deputados federais, presidentes de províncias e membros das Assembleias Legislativas, diretores do Tribunal de Contas, procuradores e delegados da União nas províncias e nos municípios, membros do Supremo Tribunal de Justiça e dos tribunais de segunda instância, magistrados e membros do Ministério Público, professores e diretores do Instituto de Estudos dos Problemas Nacionais (instituição educacional pensada por Alberto Torres para analisar os problemas do país e buscar soluções para estes nas várias áreas do conhecimento científico), membros das corporações e associações de caráter científico, artístico, profissional, social, moral ou sindical, de número limitado de sócios, membros das comissões sindicais, organizadas, com o respectivo número limitado, para representarem as classes que participariam na escolha dos senadores. Alberto Torres acredita que, assim, seriam escolhidos governantes capacitados e preocupados com o bem-estar da coletividade, pois, o eleitorado, que os escolheria, teria, por seu alto nível de instrução (condição para fazer parte dele), a capacidade de selecionar os indivíduos mais apropriados para as exigências dos cargos.

Diferentemente de Alberto Torres, Andrés Molina Enríquez não se preocupa com a forma de representação política e nem com a composição do Poder Legislativo, uma vez que, para ele, mais importante do que o processo eleitoral é o controle do presidente da República sobre as eleições de modo a garantir a escolha dos deputados e senadores e de governadores de Estado e representantes das Assembleias Estaduais que sejam compatíveis com a política integral. Ao invés de correr o risco de entregar totalmente nas mãos da população a escolha de seus representantes, o que poderia resultar na eleição de indivíduos sujeitos apenas a interesses particulares, como propõe Alberto Torres, Andrés Molina Enríquez, na dúvida, prefere um sistema eleitoral controlado desde um centro de poder político e apenas existente para dar a imagem da permanência de um certo regime democrático do qual toda a população participaria. Estendendo tal controle também ao Poder Judiciário, o presidente da República também deveria escolher os seus membros baseado nos critérios da capacidade para o exercício do cargo e de adesão à política integral, impedindo, assim, ações por parte desse poder que fossem incompatíveis com a vontade do Poder Executivo federal. Os governadores, de inteira confiança

do presidente da República, deveriam adotar atitudes similares com relação aos poderes Legislativo e Judiciário estaduais.

A política integral deveria implantar uma conciliação entre os diversos grupos sociais para se acabar com um quadro de desordem social provocada pela ausência de um interesse em comum e pelos faccionismos que os isolam e buscam dar vozes apenas aos interesses de certos setores da sociedade. Porém, para que tal conciliação surta efeito, é preciso que inclua todos os grupos e não somente as classes dominantes, como foi a política de Porfirio Díaz. Todos os setores sociais devem participar do modelo conciliatório que os colocará em acordo e integrará toda a sociedade, pois, como todos eles serão aceitos como um ponto de apoio essencial para a organização nacional, beneficiar-se-ão do bem-estar produzido por esta organização. Dessa maneira, consolidar-se-á um sistema no qual todas as unidades sociais aderirão à política do Estado, cuja autoridade máxima é o presidente da República. O fundamento da conciliação seria a amizade, expressão utilizada por Andrés Molina Enríquez para representar uma relação paternalista entre o Estado e a população. Com a conciliação, impede-se qualquer forma de desordem social, uma vez que isso pode significar uma ameaça às conquistas que venham a ser obtidas por meio da política integral implantada e coordenada desde o Estado. Ademais, há o temor diante do poder do Estado, principalmente, do Executivo federal, que se pode fazer sentir na forma de repressão àqueles que se oponham à tarefa de organização nacional. A vantagem de um modelo de representação como este seria que, segundo Molina Enríquez,

a amizade pode ser para todos, segundo a maleabilidade sob a mão da autoridade, uma desculpa para a obediência e a submissão; a amizade, calando todos os orgulhos, dobra todas as inflexibilidades. Prontamente, a amizade do presidente da República tem a vantagem de não obrigar os grupos de ação social a transigir entre si as suas tradicionais diferenças; cada um deles pode seguir encastelado em suas preocupações para com os demais; ao final, os sacrifícios impostos a uns em razão de outros aproximará a todos e atenuará pouco a pouco as diferenças.<sup>211</sup>

Para Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez, o contato mais próximo entre os governantes e a população seria possível graças à representação corporativista, na qual diferentes setores sociais que compõem a sociedade nacional organizam-se para a participação na política nacional e barganharem o atendimento de suas demandas junto ao poder estatal e, por outro lado, o Estado consegue o apoio necessário para a concretização de sua política nacional que tem como objetivos principais a organização nacional e a consolidação da

---

<sup>211</sup> MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés, 1978, p.137.

nacionalidade. A vantagem do corporativismo estaria em que não se fariam representar na política as demandas particulares de certos indivíduos, mas sim de cada setor social que seriam equilibradas com as de outros, impedindo-se, assim, que um setor prevaleça sobre o outro. No caso do Varguismo, o contato mais próximo entre Estado e sociedade ocorreu por meio de órgãos e instituições de representação dos setores sociais no governo federal e, no que se refere ao Cardenismo, o contato se deu, sobretudo, a partir de 1938, com a fundação do Partido da Revolução Mexicana (PRM), ou seja, com o partido oficial dividido em quatro grandes setores que eram o operário, o camponês, o popular (em sua maioria funcionários civis da administração pública) e o militar, institucionalizando-se, assim, as demandas dos vários grupos sociais.

A influência do pensamento de Alberto Torres deve-se a um grupo importante de intelectuais cujas ideias tiveram repercussão durante os anos 1920, com a crítica à política nacional adotada durante a Primeira República, e os anos 1930, com as contribuições e os apoios para a formação do novo regime e a política implantada no pós-Revolução de 1930. Esse grupo de intelectuais, composto por figuras como Oliveira Vianna, Vicente Licínio Cardoso, Gilberto Amado, Pontes de Miranda e Tristão de Athaíde, elaborou uma coletânea de ensaios que foram reunidos, em 1924, por Vicente Licínio Cardoso, em um livro denominado *À margem da história da República*. Nesse livro, sob a influência das ideias de Alberto Torres, critica-se o artificialismo político do regime liberal-oligárquico da Primeira República. No que diz respeito a este tema, José Murilo de Carvalho afirma que

o tema recorrente era o da ausência de povo político no Brasil. Não havia povo, não havia classes organizadas, não havia opinião pública, não havia partidos políticos, não havia governo representativo, não havia República, não havia democracia. Tratava-se de um diagnóstico que lembrava claramente a influência de Alberto Torres, autor da admiração de todos os participantes da coletânea. Torres escrevera em 1914: “Este Estado não é uma nacionalidade; este país não é uma sociedade; esta gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos.”<sup>212</sup>

Entre esses intelectuais, destaca-se a figura de Oliveira Vianna devido ao seu importante papel como principal ideólogo do modelo de política nacional e de Estado autoritário que foi ganhando contornos ao longo dos anos 1930. A presença das ideias de Alberto Torres no pensamento de Oliveira Vianna deu-se por meio da leitura e dos comentários em artigos de

---

<sup>212</sup> CARVALHO, José Murilo de. Os três povos da República. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (Org.). *A República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, pp.83-84.

jornal de suas obras e dos encontros semanais realizados na residência de Torres, nos quais Oliveira Vianna participava ao lado de outros discípulos como Alcides Gentil e Saboia Lima, onde se discutiam questões de interesse do país. Segundo Marcos César Freitas, Oliveira Vianna,

dando sequência à temática problematizada por Alberto Torres, consolidou no pensamento sociológico brasileiro a dualidade Brasil real versus Brasil legal. A partir da necessidade de superar essa dicotomização, desenvolveu os princípios de uma “revolução restauradora” centrada em uma planificação reformista de mudanças estruturais. Destarte, a pregação do autoritarismo ao longo de sua obra é a justificativa pragmática para quem, diante de uma população considerada incapaz de transformar-se de *per si*, prescreve, em continuidade ao pensamento de Alberto Torres, uma subjetividade denominada visão realista do Brasil.<sup>213</sup>

Nos anos 1930, Alberto Torres seria recuperado como referência na constituição de um projeto de política nacional que fosse uma alternativa à política adotada durante a Primeira República. Foi nesse período que se demonstrou um grande interesse pelos livros de Alberto Torres e pela interpretação de seu ideário, com a publicação de trabalhos como os de Cândido Mota Filho, *Alberto Torres e o tema de nossa geração* (1931); Alcides Gentil, *As ideias de Alberto Torres* (1932); e Saboia Lima, *Alberto Torres e sua obra* (1933). Conforme afirma Adalberto Marson,

o legado nacionalista de Alberto Torres sofreu, posteriormente à década de 1920, uma sucessão de apropriações por parte de movimentos intelectuais e políticos, cuja importância exigiria uma outra investigação. As apropriações foram acompanhadas simultaneamente de rejeições, conforme o tipo de conveniência que orientava as interpretações. Uma coisa é certa, a emergência da elaboração ideológica de Alberto Torres está no centro das transformações históricas. Em termos jurídico-políticos corresponde ao objetivo de encerrar o ciclo colonial e inaugurar o ciclo nacional, aproveitando os padrões de organicidade do capitalismo essencialmente agrário e pautado na livre concorrência, com todas as suas derivações.<sup>214</sup>

Além disso, em 10 de novembro de 1932, fundou-se a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, no Rio de Janeiro, cujo objetivo principal era discutir os problemas nacionais a partir das ideias deste autor. Por ser o patrono dessa sociedade um referencial na questão da organização nacional, nada mais certo que, na visão de seus membros, retomar as ideias dele em um momento em que se desejava dar novos rumos ao país.

---

<sup>213</sup> FREITAS, Marcos César de. *Da micro história à história das ideias*. São Paulo: Cortez; USF-IFAN, 1999, p.81.

<sup>214</sup> MARSON, Adalberto. *A ideologia nacionalista em Alberto Torres*. São Paulo: Duas Cidades, 1979, pp.203-204.

Os rumos tomados pela Revolução Mexicana e a pressão dos setores populares para que o Estado concentrasse em suas mãos maiores poderes no sentido de implementar as reformas sociais aspiradas, tornaram as ideias de Andrés Molina Enríquez uma fonte de inspiração e atuação para vários grupos revolucionários, incluindo o movimento constitucionalista conduzido por Venustiano Carranza em 1916. As ideias de Molina Enríquez ganharam destaque no cenário mexicano, principalmente, a partir de sua nomeação, em 1916, como membro consultor da Comissão Nacional Agrária do Ministério da Agricultura e Fomento. Coube ao autor a redação do projeto do artigo 27 para ser apresentado ao Congresso Constituinte, que aborda pontos como o direito do Estado à expropriação de terras em benefício público, o subsolo como propriedade do Estado e a sua exploração para o bem público, o reconhecimento dos direitos das comunidades indígenas sobre as terras de uso comum e outros. Contudo, a presença do pensamento de Andrés Molina Enríquez na Constituição de 1917 não fica restrita ao artigo 27. Na realidade, a ideia mais importante do intelectual presente na Carta Magna, que serviria de base jurídica para a realização de muitas reformas por parte do Estado mexicano até o período cardenista, foi o estabelecimento do princípio jurídico de que o bem público, sustentado na concepção da utilidade pública, está acima dos interesses individuais. Isso deu ao Estado plenos poderes para a implantação de reformas em prol do desenvolvimento do país.

Depois da etapa combativa da revolução, o seu pensamento repercutiu no meio intelectual e político mexicano, atingindo um nível de prestígio incontestável. As ideias de Andrés Molina Enríquez sobre o papel do mestiço na construção da unidade nacional e a necessidade da valorização da cultura nacional influenciaram, por exemplo, na produção intelectual de José Vasconcelos, que viria a ser o mecenas do movimento cultural e artístico da Revolução Mexicana denominado Muralismo. Além disso, Molina Enríquez estabeleceu uma rede de contatos com figuras como Álvaro Obregón, Diego Rivera, Plutarco Elías Calles e outras. De acordo com Agustín Basave Benítez,

os presidentes e os artistas o respeitavam e vários deles foram seus amigos. Obregón concedeu-lhe direito de livre circulação e, igual a Pontes Gil, Bassols e Diego Rivera, chegou a participar dos almoços de Molina em sua casa de Balbuena. Calles nomeou-o assessor seu no Ministério de Governo e lhe deu um insólito boletim oficial para defender a sua interpretação pessoal da Constituição de 1917 e, em particular, do artigo 27, além de que o fez presidente da Confederação Nacional Agrária (1925). Ademais, a sua fama de jurista e ideólogo da Revolução dava-lhe um lugar

proeminente entre os veteranos do movimento, o que lhe valia ser consultado por governadores.<sup>215</sup>

O pensamento de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez fizeram-se presentes nos regimes surgidos a partir da Revolução de 1930 no Brasil e da etapa de institucionalização da Revolução Mexicana no México, pois tanto os autores como a posteriori os regimes partiram do pressuposto comum da necessidade de um organismo social uno e indivisível em que houvesse uma identificação entre o Estado e a sociedade para manter o corpo social coeso.

A queda dos regimes liberal-oligárquicos nos dois países ocorreu exatamente no momento em que se atingiu o ápice da incapacidade de suas estruturas políticas em acomodarem conflitos e promoverem a integração social, coincidindo isso com crises no sistema econômico internacional que revelaram o quadro de dependência econômica e de dificuldade de superação delas pelo Brasil em 1929 e pelo México em 1908-1909, quando houve a contração do mercado externo e a queda das exportações dos produtos que sustentavam as suas economias nacionais. A conjuntura mundial exigia a superação do quadro de total dependência da economia dos países centrais caso nações como o Brasil e o México quisessem sobreviver às transformações que aconteciam no cenário mundial.

Tal sobrevivência implicava em melhor se adaptar à realidade imposta pelo contexto internacional, o que queria dizer a busca da nacionalidade por meio de um amplo programa de organização nacional. Organização nacional que seria encaminhada pela atuação de um Estado forte, centralizador e interventor que, por meio de reformas políticas, econômicas e sociais, conseguisse o apoio de importantes parcelas de diferentes setores sociais, mobilizando-os em torno de sua política nacional, algo que não foi cogitado pelos regimes liberal-oligárquicos, presos como estavam a um modelo de economia primário-exportadora e à concepção de participação política restrita aos setores detentores dos recursos econômicos na sociedade.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BASAVE BENÍTEZ, Agustín Francisco. *Andrés Molina Enríquez: con la revolución a cuestras*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

\_\_\_\_\_. *México mestizo: análisis del nacionalismo mexicano em torno a la mestizofilia de Andrés Molina Enríquez*. 2 ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.

---

<sup>215</sup> BASAVE BENÍTEZ, Agustín Francisco. *Andrés Molina Enríquez: con la revolución a cuestras*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001, pp.49-50.

- BRITTES, Maria Teresa Toribio. **Alberto Torres: contribuição para o estudo das ideias no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Quartet, 1995.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os três povos da República**. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (Org.). **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, pp. 61-87.
- CÓRDOVA, Arnaldo. **La ideología de la Revolución Mexicana: la formación del nuevo régimen**. 2 ed. México: Era, 1973.
- FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- FREITAS, Marcos César de. **Da micro história à história das ideias**. São Paulo: Cortez; USF-IFAN, 1999.
- GONZÁLEZ NAVARRO, Moises. **Sociología e historia en México: Barreda, Sierra, Parra, Molina Enríquez, Gamio, Caso**. México: El Colegio de México, 1970.
- KUNTZ, Rolf. **Alberto Torres: a organização nacional**. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). **Introdução ao Brasil: um banquete no trópico**. São Paulo: SENAC, 2001, v.2, pp. 259-278.
- LIMA, A. Saboia. **Alberto Torres e sua obra**. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Presença de Alberto Torres: sua vida e pensamento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- MARSON, Adalberto. **A ideologia nacionalista em Alberto Torres**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés. **Los grandes problemas nacionales (1909) y otros textos**. México: Era, 1978.
- PINTO, Jorge Eschriqui Vieira. **O pensamento de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez e a constituição da organização nacional no Brasil e no México: diagnósticos e tratamentos para duas sociedades “enfermas”**. 2012. 579 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2012.
- TORRES, Alberto. **A organização nacional**. 3 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- \_\_\_\_\_. **O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional**. 3 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- ULLOA, Berta. **La lucha armada (1911-1920)**. In: COSÍO VILLEGAS, Daniel (Coord.). **Historia general de México**. 2 ed. México: El Colegio de México, 1977, t. IV, pp.1-110.